

CONVÊNIO  
CIESP

JUCESP

11 40 25

GCP LA GUAPA S.A.

00

CNPJ/MF nº 57.546.581/0001-89

NIRE 35.300.648.382



JUCESP PROTOCOLO  
2.268.943/25-2



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2025

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 23 de maio de 2025, às 10:00 horas, na sede da GCP LA GUAPA S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 726, 13º andar, conjunto 1.309, sala 49, Bela Vista, CEP 01.310-910.

2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia consoante o disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em razão da presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia.

3. **MESA:** Presidente: BRUNO VALDIVIA; e Secretário: GUILHERME LOPES GAMA.

4. **ORDEM DO DIA:** Discutir e deliberar sobre (i) a aprovação de aumento do capital social da Companhia, com a consequente emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (ii) a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para adequá-lo às deliberações desta assembleia geral; e (iii) a autorização para que os Diretores da Companhia pratiquem todos os atos que se fizerem necessários à fiel efetivação das matérias deliberadas nesta assembleia.

5. **DELIBERAÇÕES:** Após analisar as matérias constantes da ordem do dia, a acionista aprovou e decidiu:

(i) aprovar o aumento de capital social da Companhia de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para R\$ 7.350.150,00 (sete milhões trezentos e cinquenta mil reais, cento e cinquenta reais), totalizando um aumento, portanto, de R\$ 7.350.000,00 (sete milhões trezentos e cinquenta mil reais), mediante a emissão de 7.350.000 (sete milhões trezentos e cinquenta mil) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, fixado nos termos do artigo 170, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. As ações ora emitidas são subscritas e integralizadas, nos termos do Boletim de Subscrição constante do **ANEXO I** à presente ata. Em decorrência da deliberação acima, aprovar a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação:

*"Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 7.350.150,00 (sete milhões*

JUCESP

11 + 4 25

trezentos e cinquenta mil cento e cinquenta reais), dividido em 7.350.150 (sete milhões trezentos e cinquenta mil cento e cinquenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.”

(ii) em decorrência das deliberações acima, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do **ANEXO II** à presente ata.

(iii) os Diretores da Companhia ficam desde já autorizados e incumbidos de tomar toda e qualquer medida ou providência necessária à execução e implementação das deliberações acima enumeradas.

6. **ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA:** Nada mais tratado, lavrou-se, na forma de sumário, a ata referente a esta Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do artigo 130, § 1º da Lei das Sociedades por Ações, a qual foi aprovada e assinada pela acionista da Companhia e pelos membros da mesa.

7. **PRESENCIA:** Mesa: Presidente: Bruno Valdivia; e Secretário: Guilherme Lopes Gama. Acionista: GCP I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

*Certificamos que a presente ata é uma cópia fiel da lavrada em livro próprio.*

São Paulo, 23 de maio de 2025.

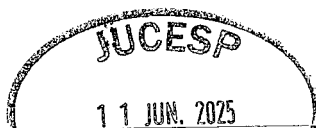
**Mesa:**

BRUNO VALDIVIA  
Presidente da Mesa

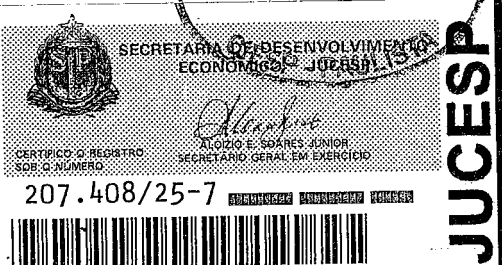
GUILHERME LOPES GAMA  
Secretário da Mesa

**Acionista:**

**GCP I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRÉGIA**  
(p. TMF Brasil Serviços De Administração De Fundos Ltda.)




Por: Eduardo Alves e Luis Forato



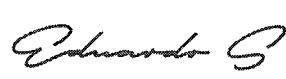
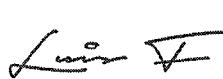
JUN 2025

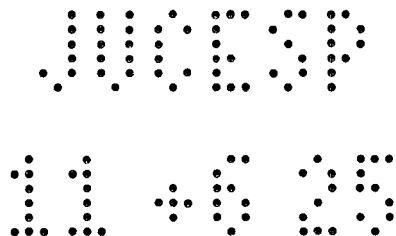
11 16 25

 GCP LA GUAPA S.A.  
CNPJ/MF nº 57.546.581/0001-89  
NIRE 35.300.648.382

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2025**

**ANEXO I**

<b>BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES</b>	
<b>Emissora</b>	GCP LA GUAPA S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 726, 13º andar, conjunto 1.309, sala 49, Bela Vista, CEP 01.310-910, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.546.581/0001-89.
<b>Subscritora</b>	GCP I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado (de natureza especial), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.157.268/0001-32, neste ato representado por <b>TMF BRASIL SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS LTDA.</b> , sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 870, 22 e 23º andares, Pinheiros, CEP 05422-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.313.996/0001-50.
<b>Ações Subscritas</b>	7.350.000 (sete milhões trezentos e cinquenta mil) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
<b>Forma de Integralização</b>	A totalidade das ações subscritas serão integralizadas em até 30 (trinta) dias contados desta data, em moeda corrente nacional, totalizando o valor de R\$ 7.350.000,00 (sete milhões trezentos e cinquenta mil reais).
<b>Preço de Emissão por Ação Subscrita</b>	R\$ 1,00 (um real) por ação, fixado nos termos do artigo 170, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações.
<b>Data, Local e Assinatura</b>	São Paulo, 23 de maio de 2025.   _____ <b>GCP I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA</b> <b>(p. TMF BRASIL SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS LTDA.)</b> Por: Eduardo Alves e Luis Forato



GCP LA GUAPA S.A.  
CNPJ/MF nº 57.546.581/0001-89  
NIRE 35.300.648.382

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2025**

---

**ANEXO II**

**GCP LA GUAPA S.A.**

CNPJ/MF nº 57.546.581/0001-89  
NIRE 35.300.648.382

**CAPÍTULO I  
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º.** A GCP LA GUAPA S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações regida pelo presente Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15.12.1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

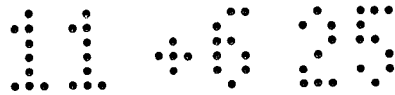
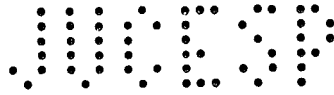
**Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede, foro e domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 726, CJ. 1309, 13º andar, Sala 49, Bela Vista, CEP 01310-910, e poderá instalar, alterar e encerrar filiais, depósitos e agências em outras praças do País e do exterior, mediante deliberação da Diretoria.

**Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades empresárias ou não empresárias, como sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou no exterior.

**Artigo 4º.** A Companhia tem prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II  
DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES**

**Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito em moeda corrente nacional é de R\$ 7.350.150,00 (sete milhões trezentos e cinquenta mil cento e cinquenta reais), dividido em 7.350.150 (sete milhões trezentos e cinquenta mil cento e cinquenta), todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo que R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) está integralizado e o restante será integralizado no prazo de 30 dias a contar da data de registro do Estatuto Social.



**Parágrafo 1º.** A Companhia poderá adquirir suas próprias ações, com o objetivo de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria, para posterior alienação.

**Parágrafo 2º.** A ação é indivisível em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

**Parágrafo 3º.** As ações são nominativas e a sua propriedade será presumida pela anotação nos livros sociais competentes. Mediante solicitação de acionista neste sentido, serão emitidos títulos ou certificados representativos de ações, assinados pelo Diretor Presidente, isoladamente.

**Artigo 6º.** As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais.

**Artigo 7º.** As emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, deverão ser aprovadas pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Único.** É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

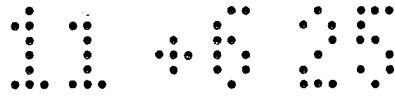
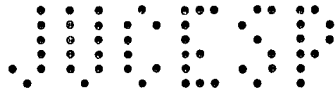
**Artigo 8º.** É assegurado direito de preferência aos acionistas para subscrição dos aumentos de capital da Companhia, na proporção do número de ações que possuem, regendo-se o exercício desse direito de acordo com a legislação aplicável.

### **CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Artigo 9º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

**Parágrafo 1º.** A Assembleia Geral será convocada e instalada em observância às disposições legais aplicáveis. A Assembleia Geral será presidida por qualquer acionista ou qualquer dos Diretores, conforme for escolhido pela maioria dos acionistas presentes à Assembleia. O Presidente da Assembleia Geral convidará, dentre os presentes, o secretário dos trabalhos.

**Parágrafo 2º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por acionistas representando a maioria do capital social votante da Companhia presentes à Assembleia Geral.



**Parágrafo 3º.** O Presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições de Acordo de Acionistas arquivado na sede social, não permitindo que se computem os votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tal acordo.

**Artigo 10.** Compete à Assembleia Geral, além das atribuições conferidas em Lei, deliberar acerca das seguintes matérias:

- (i) reformar este Estatuto Social;
- (ii) eleger e destituir, a qualquer tempo, os administradores (incluindo Diretores e membros do Conselho Fiscal) da Companhia;
- (iii) tomar, anualmente, as contas dos administradores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- (iv) autorizar a emissão de debêntures;
- (v) suspender o exercício dos direitos dos acionistas;
- (vi) deliberar sobre a avaliação de bens com que os acionistas concorrerem para a formação do capital social;
- (vii) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e
- (viii) autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial.

**Parágrafo Único.** As deliberações da Assembleia Geral serão válidas somente se tomadas em conformidade com as disposições da Lei das S.A., conforme alterada.

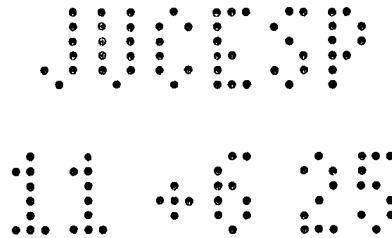
## CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO

### Seção I - Da Diretoria

**Artigo 11.** A Companhia é administrada por uma Diretoria, composta por, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) membros, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo um, necessariamente, o Diretor Presidente e os demais designados simplesmente Diretores.

**Parágrafo 1º.** A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que por Lei ou pelo presente Estatuto Social dependam de prévia aprovação da Assembleia Geral.

**Parágrafo 2º.** Os Diretores são investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no livro correspondente e permanecem no exercício de suas funções até a eleição e posse de seus substitutos.



**Parágrafo 3º.** No caso de ausência ou incapacidade temporária de qualquer Diretor, este deverá ser substituído interinamente por substituto designado pela Diretoria. No caso de vaga em decorrência de renúncia, falecimento ou incapacidade permanente de qualquer membro, ou de sua recusa em cumprir suas respectivas obrigações, o Diretor deverá ser substituído por substituto designado pela Diretoria, até o preenchimento do cargo pela primeira Assembleia Geral que vier a ser realizada, devendo o Diretor substituto completar o mandato do Diretor substituído.

**Artigo 12.** Compete especificamente ao Diretor Presidente:

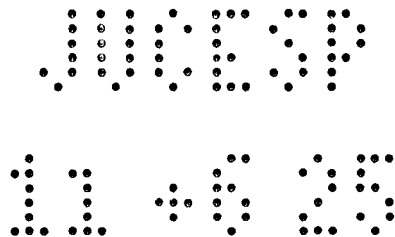
- (i) instalar e presidir as reuniões da Diretoria e executar e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria;
- (ii) planejar, coordenar, dirigir e administrar todas as atividades da Companhia, exercendo as funções executivas e decisórias;
- (iii) representar a Companhia, perante as suas sociedades controladas e coligadas bem como perante todas as sociedades em que a Companhia detiver participação societária, observadas as disposições e avenças de eventuais acordos de acionistas, se houver; e
- (iv) exercer a supervisão geral de todos os negócios da Companhia, coordenando e orientando suas atividades.

**Parágrafo Único.** O Diretor Presidente será eleito pela Assembleia Geral dos acionistas e exercerá a função durante seu mandato. Na hipótese de impedimento, ausência, interdição ou falecimento do Diretor Presidente, o outro Diretor substituirá o Diretor Presidente, sendo investido em suas funções, e convocará a Assembleia Geral dos acionistas para eleger um novo membro para ocupar o cargo vago.

**Artigo 13.** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de qualquer um dos Diretores.

**Parágrafo 1º.** As reuniões da Diretoria são instaladas com a presença de, no mínimo, a maioria de seus membros, devendo ser escolhido pelo Diretor Presidente um Secretário da reunião, não havendo necessidade de que tal Secretário seja membro da Diretoria.

**Parágrafo 2º.** Os membros da Diretoria que participarem das reuniões por meio de conferência telefônica ou outro sistema de telecomunicação, serão considerados presentes à reunião. Será ainda considerada regular a reunião da qual todos os Diretores tenham participado por meio de conferência telefônica ou outro sistema de comunicação, desde que as deliberações tomadas sejam objeto de ata assinada por todos os presentes posteriormente, ou que o respectivo voto seja enviado à sociedade na forma do parágrafo terceiro abaixo.



**Parágrafo 3º.** Os membros da Diretoria poderão votar por e-mail, fax, carta ou telegrama, enviados à Companhia, em atenção do Diretor Presidente e caberá, neste caso, ao Secretário da reunião lavrar a respectiva ata, à qual o voto será anexado.

**Parágrafo 4º.** Nas reuniões, a Diretoria delibera por maioria de votos, cabendo a cada Diretor um voto. Cabe ao Diretor Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

**Parágrafo 5º.** As atas das reuniões da Diretoria serão lavradas em livro próprio, permitida a utilização de sistema mecanizado.

**Parágrafo 6º.** O Presidente da reunião de Diretoria deverá observar e fazer cumprir as disposições de eventuais Acordos de Acionistas arquivados na sede social, não permitindo que se computem os votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tais Acordos.

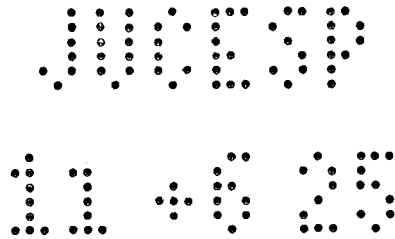
**Artigo 14.** A Companhia será representada da seguinte forma:

- (i) pelo Diretor Presidente, isoladamente;
- (ii) por dois Diretores em conjunto;
- (iii) por qualquer Diretor ou procurador, para a prática de atos que envolvam exclusivamente a representação da Companhia em processos judiciais e/ou administrativos, inclusive para a outorga de procurações para fins de representação da Companhia em citados processos;
- (iv) por um Diretor, em conjunto com um procurador com poderes específicos, nos termos do Parágrafo 1º abaixo; ou
- (v) por um ou mais procuradores com poderes específicos, nos termos do Parágrafo 1º abaixo.

**Parágrafo 1º.** As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou por 2 (dois) Diretores em conjunto, e terão prazo de validade limitado ao máximo de um ano, exceto pelas procurações *ad judícia*, que podem ter prazo de duração superior a um ano ou mesmo indeterminado.

**Parágrafo 2º.** A Assembleia Geral poderá autorizar expressamente a prática de outros atos que vinculem a Companhia por apenas um dos membros da Diretoria ou um procurador, ou ainda, pela adoção de critérios de limitação de competência, restringir, em determinados casos, a representação da Companhia a apenas um Diretor ou um procurador.

**Artigo 15.** A remuneração dos Diretores será determinada pela Assembleia Geral, que pode fixá-la em montante anual ou mensal e global ou individual, obedecido o disposto no *caput* do



art. 152 da Lei das S.A., cabendo à Diretoria, em Reunião de Diretoria, promover a distribuição e individualização da remuneração, se fixada em montante global.

## SÊÇÃO II - Do Conselho Fiscal

**Artigo 16.** O Conselho Fiscal da Companhia, com as atribuições estabelecidas em Lei, será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e igual número de suplentes.

**Parágrafo 1º.** O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante convocação dos acionistas, de acordo com as disposições legais.

**Parágrafo 2º.** O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito pela Assembleia Geral.

**Parágrafo 3º.** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante a assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de registro de atas das Reuniões do Conselho Fiscal.

**Parágrafo 4º.** Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a duas reuniões consecutivas, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do mandato, pelo respectivo suplente.

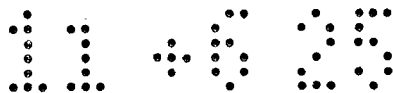
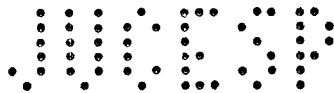
**Parágrafo 5º.** Em caso de impedimento ou vacância permanente no cargo de um membro do Conselho Fiscal, e sem que haja suplente a substituí-lo, caberá ao Presidente do Conselho Fiscal imediatamente convocar uma Assembleia Geral da Companhia para eleger um novo membro efetivo do Conselho Fiscal e respectivo suplente, para preencher o cargo e completar o mandato do membro impedido ou vacante.

## CAPÍTULO V DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Artigo 17.** O exercício social iniciar-se-á em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras por auditores independentes na Comissão de Valores Mobiliários.

**Parágrafo 1º.** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras, sem prejuízo de outras demonstrações exigidas por Lei:

- (i) balanço patrimonial;
- (ii) demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- (iii) demonstração do resultado do exercício; e



(iv) demonstraçã dos fluxos de caixa.

**Parágrafo 2º.** Fará parte das demonstrações financeiras do exercício a proposta da Administração sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, em observância do disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável.

**Parágrafo 3º.** A Diretoria poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores, e distribuir dividendos ou constituir reservas com base nos mesmos, observadas as disposições e limitações legais aplicáveis.

**Artigo 18.** O lucro líquido do exercício terá o destino que a Assembleia Geral lhe der, conforme recomendação da diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei.

**Artigo 19.** Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido auferido no período em questão, ajustado nos termos da Lei das S.A.

**Parágrafo 1º.** Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral, aprovar destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

**Parágrafo 2º.** A Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes.

**Artigo 20.** A Diretoria poderá deliberar o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

## CAPÍTULO VI DA PRÁTICA DE ATOS ULTRA VIRES

**Artigo 22.** É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer acionista, administrador, procurador ou funcionário da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo.

11039

11039

## CAPÍTULO VII

### DA LIQUIDAÇÃO

**Artigo 22.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal que deverão funcionar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração.

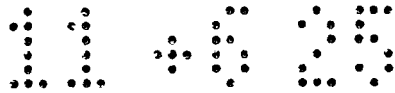
## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

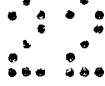
**Artigo 23.** Os casos omissos ou duvidosos deste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral, a eles aplicando-se as disposições legais vigentes.

**Artigo 24.** A qualquer tempo, o tipo jurídico da Companhia poderá ser transformado em outro, por decisão de acionistas representando, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, em Assembleia Geral.”

\* \* \*



Página de assinaturas



**Bruno Valdivia**  
460.148.228-36  
Signatário

**Guilherme Gama**  
217.703.588-03  
Signatário

**Eduardo Sobrinho**  
895.421.341-34  
Signatário

**Luis Forato**  
341.943.678-55  
Signatário

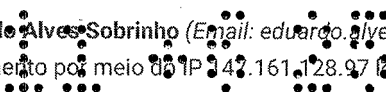
HISTÓRICO

- |                         |  |   |
|-------------------------|--|---|
| 06 jun 2025<br>10:23:55 |  | <b>Guilherme Rezende</b> criou este documento. ( Email: <a href="mailto:guilherme.rezende@grancapitalpartners.com">guilherme.rezende@grancapitalpartners.com</a> )  |
| 06 jun 2025<br>10:32:25 |  | <b>Bruno Rivas Valdivia</b> (Email: <a href="mailto:bruno.valdivia@tmf-group.com">bruno.valdivia@tmf-group.com</a> , CPF: 460.148.228-36) visualizou este documento por meio do IP 147.161.128.117 localizado em São Paulo - São Paulo - Brazil         |
| 06 jun 2025<br>10:42:42 |  | <b>Bruno Rivas Valdivia</b> (Email: <a href="mailto:bruno.valdivia@tmf-group.com">bruno.valdivia@tmf-group.com</a> , CPF: 460.148.228-36) assinou este documento por meio do IP 147.161.128.117 localizado em São Paulo - São Paulo - Brazil            |
| 06 jun 2025<br>10:58:42 |  | <b>Guilherme Lopes Gama</b> (Email: <a href="mailto:guilherme@grancapitalpartners.com">guilherme@grancapitalpartners.com</a> , CPF: 217.703.588-03) visualizou este documento por meio do IP 191.13.195.145 localizado em Campinas - São Paulo - Brazil |
| 06 jun 2025<br>10:59:00 |  | <b>Guilherme Lopes Gama</b> (Email: <a href="mailto:guilherme@grancapitalpartners.com">guilherme@grancapitalpartners.com</a> , CPF: 217.703.588-03) assinou este documento por meio do IP 191.13.195.145 localizado em Campinas - São Paulo - Brazil    |
| 09 jun 2025<br>13:59:05 |  | <b>Luis Philipe dos Santos Forato</b> (Email: <a href="mailto:luis.forato@tmf-group.com">luis.forato@tmf-group.com</a> , CPF: 341.943.678-55) visualizou este documento por meio do IP 147.161.128.95 localizado em São Paulo - São Paulo - Brazil      |
| 09 jun 2025<br>13:59:31 |  | <b>Luis Philipe dos Santos Forato</b> (Email: <a href="mailto:luis.forato@tmf-group.com">luis.forato@tmf-group.com</a> , CPF: 341.943.678-55) assinou este documento por meio do IP 147.161.128.95 localizado em São Paulo - São Paulo - Brazil         |
| 06 jun 2025<br>10:34:34 |  | <b>Eduardo Alves Sobrinho</b> (Email: <a href="mailto:eduardo.alves@tmf-group.com">eduardo.alves@tmf-group.com</a> , CPF: 895.421.341-34) visualizou este documento por meio do IP 147.161.128.97 localizado em São Paulo - São Paulo - Brazil          |



06 jun 2025  
14:44:38



 Eduardo Alves Sobrinho (Email: [eduardo.alves@tmf-group.com](mailto:eduardo.alves@tmf-group.com), CPF: 895.421.341-34) assinou este documento por meio do IP 147.161.128.97 localizado em São Paulo - São Paulo - Brazil

